

MISSIONÁRIAS SÃO JOAO DE DEUS, conforme os Decretos Arquidiocesanos nº 02/2009 e 02/2010; b) desvio de finalidade estatutária da filial **CASA CIDADELA**, CNPJ 04.347.035/0002-33, situada à Rua São João, nº 1000, bairro do “Pato Macho”, município de Marituba; c) uma *confusão patrimonial* entre os bens imóveis as pessoas jurídicas da **Arquidiocese de Belém, Abrigo João de Deus e Instituto das Irmãs Missionárias São João de Deus**.

CONSIDERANDO que as ações das entidades de interesse social devem ser revestidas de estabilidade e transparência para que haja uma integração mais estreita entre as finalidades da entidade social e as do Estado, uma vez que ambas concorrem à realização dos mesmos objetivos;

CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações privadas e às entidades de interesse social;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através da Promotoria de Justiça de tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Belém, as fundações privadas e as entidades sociais que atuem no Estado do Pará, nos moldes dos arts. 127, *caput*, e 129, II, III, VI, e IX, da Constituição Federal; o art. 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os arts. 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; o art. 16, I, II e parágrafo único da Resolução nº 027/2012-CPJ, de 3 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO que o **Conselho Nacional do Ministério Público**, pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, na Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.0001622/2011-16, ratificou a legitimidade do Ministério Público para fiscalizar a aplicação de bens ou recursos destinados ao terceiro setor, sobretudo aqueles disponibilizados às fundações e às entidades de interesse social e assistencial;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;

RESOLVE:

I) INSTAURAR, inquérito civil público para, sob a presidência do Promotor de Justiça Sávio Rui Brabo de Araújo, titular da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, apurar:

a) as reais condições de funcionamento da entidade de interesse social denominada ABRIGO JOÃO DE DEUS e da sua filial CASA CIDADELA no desenvolvimento de suas atividades estatutárias ou finalísticas;

b) a situação registral dos imóveis de propriedade do ABRIGO JOÃO DE DEUS de suas filiais “CASA CIDADELA” e “SÃO VICENTE DE PAULO”;

d) o cumprimento dos requisitos legais, para a efetivação de doações de imóveis de propriedade do ABRIGO JOÃO DE DEUS para a Sociedade das Irmãs São João de Deus (atual Instituto Missionário São João de Deus), conforme constam nos matrículas nº 2498 e 19672, fls. 172, respectivamente dos livros de Registro de Imóveis – 1º Ofício de Belém, observando-se a *legalidade* do ato, a existência do interesse público e/ou social, cuja inobservância é causa imediata de lesão ao patrimônio da entidade de interesse social e, eventualmente, constituir ato de improbidade administrativa;

II – AUTUAR a presente portaria, com seu registro em livro próprio da Promotoria de Justiça de tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém;

III- REMETER cópia desta portaria à Procuradoria-Geral de Justiça (com pedido de publicação, conforme determinado no artigo 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público), à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao Centro de Apóio Operacional Cível;

IV- NOMEAR, sob compromisso, para secretariar os trabalhos atuando neste Inquérito Civil, o Sr. Douglas José de Pinho;

V– FIXAR esta portaria no local de costume, nos moldes do artigo 4º, VI, da Resolução n. 23/2007;

Após, voltem-me conclusos para novas deliberações.

Belém (PA), 21 de novembro de 2012

SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO

Promotor de Justiça de tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462328

PORTARIA: 5297/2012-PG

Objetivo: REALIZAR A SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ.

Fundamento Legal: LEI ESTADUAL N.º 5.119, DE 16/5/1984 C/C LEI ESTADUAL N.º 7.551, DE 14/9/2011; ART. 145 DA LEI ESTADUAL N.º 5.810, DE 24/1/1994 E RESOLUÇÃO N.º 008/2011-CPJ, DE 30/6/2011.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

BREU BRANCO/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333354/ROSENILDO COSTA E SILVA (CABO PM) / 4.5 diárias (Completa) / de 19/11/2012 a 23/11/2012<br

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462330

PORTARIA: 5298/2012-PG

Objetivo: REALIZAR A SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA LUCINEIDE BARRETO DO AMARAL.

Fundamento Legal: LEI ESTADUAL N.º 5.119, DE 16/5/1984 C/C LEI ESTADUAL N.º 7.551, DE 14/9/2011; ART. 145 DA LEI ESTADUAL N.º 5.810, DE 24/1/1994 E RESOLUÇÃO N.º 008/2011-CPJ, DE 30/6/2011.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

MUANÁ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333221/ALONSO OLIVEIRA (CABO PM) / 4.5 diárias (Completa) / de 19/11/2012 a 23/11/2012<br

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462334

PORTARIA: 5300/2012-PG

Objetivo: REALIZAR A SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA MARIELA CORRÊA HAGE.

Fundamento Legal: LEI ESTADUAL N.º 5.119, DE 16/5/1984 C/C LEI ESTADUAL N.º 7.551, DE 14/9/2011; ART. 145 DA LEI ESTADUAL N.º 5.810, DE 24/1/1994 E RESOLUÇÃO N.º 008/2011-CPJ, DE 30/6/2011.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333065/MANOEL FREITAS DE MOURA (SARGENTO PM) / 2.5 diárias (Completa) / de 12/11/2012 a 14/11/2012<br

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462335

PORTARIA: 5301/2012-PG

Objetivo: REALIZAR A SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA MARIELA CORRÊA HAGE.

Fundamento Legal: LEI ESTADUAL N.º 5.119, DE 16/5/1984 C/C LEI ESTADUAL N.º 7.551, DE 14/9/2011; ART. 145 DA LEI ESTADUAL N.º 5.810, DE 24/1/1994 E RESOLUÇÃO N.º 008/2011-CPJ, DE 30/6/2011.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

333065/MANOEL FREITAS DE MOURA (SARGENTO PM) / 4.5 diárias (Completa) / de 19/11/2012 a 23/11/2012<br

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462338

PORTARIA: 5302/2012-PG

Objetivo: REALIZAR FISCALIZAÇÃO/VISTORIA EM OBRA.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI ESTADUAL N.º 5.810/1994.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

CASTANHAL/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991740/FLORIANO KENJI YOKOYAMA (ASSESSOR ESPECIALIZADO DE APOIO TÊC.-OPER. JUD. E EXTRAJUD.) / 0.5 diárias (Deslocamento) / de 21/11/2012 a 21/11/2012<br

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCM

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462548

CONVITE Nº 08/2012

Considerando o que consta dos autos e a decisão da Comissão de Licitação – CL, resolvo, de acordo com o art. 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório na modalidade Convite nº 08/2012, tipo “menor preço” e **ADJUDICAR** o seu objeto, “material de consumo” as empresas R C F Machado ME-CNPJ 83.317.248/0001-08, os itens 05,05,06,08,10,11,12,13,15,17 e 18 do termo de referência, no valor global de R\$ 9.698,20; à licitante Bom Bons e Descartáveis Ltda-CNPJ 01.580.769/0001-99, os itens 01,02,03,07,14,16 e 19 do termo de referência, no valor global de R\$ 12.210,40; e à licitante R Castilho Gomes-EPP-CNPJ 02.081.213/0001-10, o item 09 do termo de referência, no valor global de R\$ 460,00, conforme especificações contidas nas propostas e no Termo de Referência, conforme Ata da Sessão e Julgamento.

Autorizo a contratação.

Belém, 20 de novembro de 2012

Elisabeth Massoud Salame da Silva

Procuradora Chefe

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462583

CONVITE Nº 09/2012

Considerando o que consta dos autos e a decisão da Comissão de Licitação – CL, resolvo, de acordo com o art. 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório na modalidade Convite nº 09/2012, tipo “menor preço” e **ADJUDICAR** o seu objeto, “aquisição equipamentos de informática” as empresas PAULO ROMERO FEIO AVELAR-ME-CNPJ 14.994.075/0001-40 os itens 3.1.1 (SERVIDOR TIPO I) e 3.1.2 (SERVIDOR TIPO II) do Termo de Referência, no valor global de R\$19.000,00; à licitante INFOMARQUES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-CNPJ 05.963.857/0001-20 os itens 3.6 (ULTRABOOKS) e 3.7.1 (NOBREAKS TIPO I) do Termo de Referência, no valor global de R\$16.926,00 e à empresa BOM BONS & DESCARTÁVEIS LTDA-CNPJ 01.580.769/0001-99 o item 3.7.2 (NOBREAKS TIPO II) do Termo de Referência, no valor global de R\$4.060,00, conforme propostas apresentadas e constantes da Ata da Sessão de Julgamento; e Com fundamento na Lei nº 8666/93 e alterações posteriores e de acordo com o que consta do Processo nº 452/2012 DECLARAR FRACASSADOS os itens 3.2; 3.4; 3.5 do Termo de Referência e DESERTOS os itens 3.8 e 3.9 do Termo de Referência do Convite 009/2012.

Belém, 21 de novembro de 2012.

Elisabeth Massoud Salame da Silva

Procuradora Chefe

Municípios

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462441

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL: 011/2012-SEMSA

A Comissão Permanente e Licitação do Município de Curuá-Pa, comunica aos interessados que realizará Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo Menor Preço por Ítem, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSA**, com a abertura prevista para o dia 07 de Dezembro de 2012, às 08:30h, na sede da Prefeitura Municipal de Curuá.

Os interessados poderão obter informações no horário as 08:00h às 13:00h no prédio da Prefeitura Municipal de Curuá, localizado na Rua 03 e dezembro, nº 307 – Sta. Terezinha, pelo e-mail licitacaocuruá@hotmail.com fone: (93) 9176-9461.

Curuá(Pa),23 de Novembro de 2012.

JOSÉ HENRIQUE BENITAH VIEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462466

EXTRATO CONTRATUAL

INEXIBILIDADE Nº 009/2012

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AUTORIZADA PARA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA PÁ-CARREGADEIRA DE RODAS WA320-5 E TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU-D-51EX-22”